



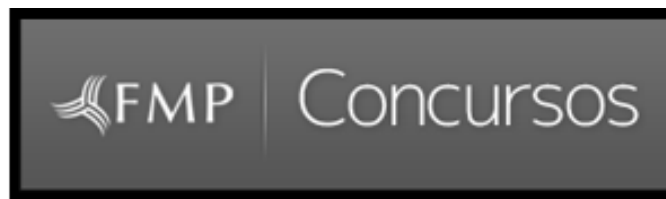
ESTADO DE MATO GROSSO

**CONTROLADORIA-GERAL DO
ESTADO**

PROVA OBJETIVA

**CONCURSO PÚBLICO PARA
PROVIMENTO DE VAGAS E
FORMAÇÃO DE CADASTRO
RESERVA NO CARGO DE AUDITOR
DO ESTADO DE MATO GROSSO**


17/10/2015



Prezado Candidato:

Você está recebendo um caderno com a **Prova Objetiva** e uma **Folha de Respostas**. Leia, com a máxima atenção, as instruções abaixo.

O presente caderno contém 100 questões de múltipla escolha. Confira cuidadosamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo e legível. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro Caderno de Prova. Cada questão oferece **CINCO** opções de resposta, representadas pelas letras **A, B, C, D e E**. Somente uma das opções é correta. Iniciada a prova, não faça mais perguntas. A interpretação das questões é parte integrante da prova.

A Folha de Respostas é personalizada e parte integrante desta prova. Confira seu nome, seu número de inscrição e demais dados. Caso haja alguma incorreção, comunique ao fiscal de sala. Aponha sua assinatura no local indicado. Para cada uma das questões, preencha, obrigatoriamente, na Folha de Respostas, somente **uma** das opções (**A, B, C, D ou E**). O preenchimento correto da Folha de Respostas é da inteira responsabilidade do candidato. As respostas das questões na Folha de Respostas devem ser totalmente preenchidas, com caneta azul ou preta, suficientemente pressionada e de acordo  o modelo:

Qualquer assinalação diferente será passível de anulação. Não serão consideradas as respostas duplas ou em branco. Não amasse e não dobre a Folha de Respostas.

Ao término da prova, entregue sua Folha de Respostas ao fiscal da sala.

O tempo de duração da prova é de **CINCO** horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões e o preenchimento da Folha de Respostas. O caderno de questões poderá ser levado pelo candidato após quatro horas e quarenta e cinco minutos do início das provas.

Não será permitida a saída da sala de aula antes de transcorrida DUAS HORAS do início da prova (item 8.16. do Edital).

Não é permitido qualquer tipo de consulta, nem uso de máquina de calcular, bip, telefone celular, relógios, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos similares, bem como protetores auriculares, óculos escuros, bonés, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações ou outros equipamentos eletrônicos.

BOA PROVA!

1 Um clima de medo tem permeado as notícias sobre o fluxo migratório para a Europa nos
2 últimos meses. A imigração é tida como uma ameaça a ser combatida: “Os imigrantes
3 roubarão os empregos, e é preciso fechar as fronteiras e proteger as nações”. Esse discurso
4 incessantemente reproduzido parece plausível. No entanto, é preciso ultrapassar o aparente e
5 refletir acerca da complexidade que o fenômeno migratório traz, para além de estatísticas,
6 legislações e documentações exigidas. A questão que se faz urgente e que motiva esta coluna
7 é: qual o perigo, qual medo a presença de imigrantes desperta nas sociedades? As informações
8 e o capital econômico circulam livremente: por que imigrantes não podem circular?

9 [...] Os países colonizadores do século 19 veem com condescendência os imigrantes,
10 condescendência arraigada num sentimento de culpa pela pilhagem que realizaram em suas
11 então colônias. Em alguns contextos, a presença de imigrantes era tolerada como forma de
12 sanar suas dívidas com o passado. Tal cenário se modifica com o advento da crise econômica
13 – e as reações ____ presença dos imigrantes mostram-se mais agudas e declaradas. A história
14 de pobreza e dificuldades que o imigrante carrega consigo pode se repetir em outros locais do
15 planeta que antes pareciam blindados. Como lidar então com essa situação?

16 Quando em crise, a esfera econômica da vida social, que diz respeito ____ condições

17 de sobrevivência, acaba por modificar vários padrões. Os seres humanos são tolerantes com
18 os demais, desde que tenham as mínimas condições materiais para sobreviver. Quando ____
19 subsistência material se vê ameaçada, o risco do outro ser visto como inimigo é grande. Neste
20 contexto, questionar terminologias utilizadas como naturais é pertinente. O termo “imigrante”
21 traz consigo a ideia de pessoa em fuga de seu país de origem por conta de dificuldades
22 econômicas.

23 Observa-se que um novo termo tem sido utilizado para identificar o cidadão de outra
24 nacionalidade que tem uma condição econômica superior e que se desloca para outro país: o
25 “expatriado”. Para ser classificado como imigrante ou como expatriado, basta uma rápida
26 revisão da história de vida do indivíduo, e o recorte de classe social estará evidente. Enquanto
27 o expatriado é visto positivamente, com base nas contribuições que pode oferecer ao país de
28 acolhida, o imigrante sofre um processo contrário, sendo classificado como parte de um
29 segmento social descartável nas sociedades que o recebem. Tal insignificância pode ser
30 facilmente observada em cenários de crise: imigrantes geralmente são os primeiros ____
31 perder seus postos de trabalho, ou devido ____ necessidade de enviar dinheiro para suas

32 famílias nos países de origem, se submetem a permanecer trabalhando sob condições difíceis,
33 situação que gera muitas vezes um aumento da discriminação por parte da população local.

34 [...] Cabe lembrar que as concepções de Estados nacionais e fronteiras são construções
35 sociais. Assim sendo, podem ser desconstruídas e reedificadas, calcadas em valores como
36 tolerância e diversidade. A modificação dos padrões de consumo e das relações entre
37 indivíduos pode alargar e democratizar a participação na vida social, independente de
38 nacionalidade e classe. Sabe-se que o fato de um país ter tido sua história baseada nas
39 imigrações nem sempre faz com que sua população aceite melhor tal fenômeno atualmente.
40 No entanto, refletir sobre isto já é um belo começo.

OLIVEIRA, Aline Passuelo de. “Refugos da globalização”. In: *Jornal Zero Hora*, Caderno PROA,
Porto Alegre, 23 de agosto de 2015. P.12. (Texto adaptado.)

Questão 01 - Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas das linhas 13, 16, 18, 30 e 31 do texto.

- a) a – às – a – a – a
- b) a – as – a – à – à
- c) à – as – à – à – à
- d) à – às – a – a – à
- e) à – as – à – a – a

Questão 02 - As palavras *plausível* (linha 04) e *arraigada* (linha 10) e *pilhagem* (linha 10), desconsiderando questões de concordância, poderiam ser substituídas, sem prejuízo do sentido que têm no texto, respectivamente, por

- a) verdadeiro, fixada e brincadeira.
- b) sensato, difusa e devassa.
- c) aceitável, assentada e saque.
- d) honesto, envolta e desmando.
- e) razoável, blindada e espoliação.

Questão 03 - Analise as seguintes afirmações acerca de ideias expressas no texto.

- I. Os imigrantes são aceitos pelos países colonizadores desde que não haja risco de esse fato afetar as condições essenciais de vida dos seus cidadãos.
- II. Diferentemente dos imigrantes, os “expatriados” são bem recebidos pelo país para os quais se deslocam.
- III. Somente os países que têm sua história fundamentada na imigração recebem os imigrantes de braços abertos.

Estão corretas apenas

- a) I.
- b) II.

- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

Questão 04 - Assinale a alternativa em que todas as palavras são acentuadas em razão da mesma regra .

- a) fenômeno (linha 05) – colônias (linha 11) – econômico (linha 16) – vê (linha 19)
- b) além (linha 05) – sobrevivência (linha 17) – século (linha 09) – insignificância (linha 29)
- c) plausível (linha 04) – dívidas (linha 12) – país (linha 38) – desconstruídas (linha 35)
- d) estatísticas (linha 05) – países (linha 09) – mínimas (linha 18) – difíceis (linha 32)
- e) condescendência (linha 09) – história (linha 38) – indivíduos (linha 37) – tolerância (linha 36)

Questão 05 - A oração *desde que tenham as mínimas condições materiais para sobreviver* (linha 18) exerce, no período, uma função adverbial e indica

- a) condição.
- b) comparação.
- c) causa.
- d) finalidade.
- e) consequência.

Questão 06 - A única palavra que forma o plural da mesma forma que *imigração* (linha 02) e *situação* (linha 32) é

- a) vulcão.
- b) pagão.
- c) escrivão.
- d) acórdão.
- e) catalão.

Questão 07 - Assinale V para as afirmações verdadeiras, e F para as falsas, considerando o emprego de sinais de pontuação em frases do texto.

() A vírgula da linha 03 foi empregada para separar orações com sujeitos diferentes.

() O travessão da linha 13 poderia ser substituído por uma vírgula, sem que isso acarretasse prejuízo à correção do período.

() A primeira vírgula da linha 16 poderia ser suprimida, o que não prejudicaria a correção da frase.

() Os dois-pontos da linha 30 foram utilizados para anunciar um esclarecimento.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

a) V – V – V – V

b) V – V – F – V

c) V – F – F – F

d) F – F – F – V

e) F – F – V – V

Questão 08 -. Considere as seguintes afirmações acerca de características da redação oficial.

I. O destinatário desse tipo de comunicação ou é o público, o conjunto dos cidadãos, ou outro órgão público.

II. As impressões pessoais do redator devem ser evitadas nesse tipo de comunicação ou colocadas no final da correspondência.

III. Escrever de forma concisa significa obedecer ao princípio da economia linguística, um aspecto a ser observado na redação oficial.

Estão corretas apenas

a) I.

b) II.

c) III.

d) I e II.

e) II e III.

Questão 09 - Para construir 10 casas, 20 operários precisam 12 dias de trabalho. Quantos dias 12 operários precisarão para construir 13 casas?

- a) 7
- b) 9
- c) 15
- d) 22
- e) 26

Questão 10 - Um capital aplicado em um fundo que remunera a taxa de juros simples de 20,00% ao ano, após 10 meses acumulou um montante de R\$ 4.000,00. O valor do capital aplicado foi de

- a) R\$ 571,43.
- b) R\$ 1.333,33.
- c) R\$ 3.428,57.
- d) R\$ 3.977,90.
- e) R\$ 4.666,67.

Questão 11 - Uma aplicação financeira no valor inicial de R\$ 5.430,00, rende juros à taxa de juros compostos de 3,00% ao mês. Após 2 meses, o valor dos rendimentos será de

- a) R\$ 325,80.
- b) R\$ 330,69.
- c) R\$ 345,64.
- d) R\$ 5.755,80.
- e) R\$ 5.760,69.

Questão 12 - Uma duplicata cujo valor na data de vencimento é de R\$ 15.000,00 foi descontada 90 dias antes da referida data de vencimento à taxa de desconto bancário (ou comercial) simples de 2,50% ao mês. O valor do desconto foi de

- a) R\$ 346,88.
- b) R\$ 1.040,63.
- c) R\$ 1.046,51.
- d) R\$ 1.125,00.
- e) R\$ 1.153,36.

Questão 13 - Considere as seguintes afirmações:

I – As taxas de juros de 0,50% ao mês e 6,00% ao ano são proporcionais entre si.

II – A taxa efetiva anual de juros de 12,00% ao ano capitalizados semestralmente é 12,36%.

III – As taxas de juros de 5,00% ao mês e 15,00% ao trimestre são taxas equivalentes entre si, em juros compostos.

Estão corretas

- a) apenas a I
- b) apenas a II
- c) apenas a I e a II
- d) apenas a I e a III
- e) apenas a II e a III

Questão 14 - O estado do Mato Grosso insere-se no domínio morfoclimático em que predominam verões chuvosos e invernos secos. A vegetação dominante é composta por dois estratos: um arbóreo-arbustivo e outro herbáceo-arbustivo. O estado do Mato Grosso pertence ao domínio morfoclimático conhecido como:

- a) das pradarias.
- b) das florestas tropicais.

- c) dos cerrados.
- d) das floretas caducifólias.
- e) dos campos.

Questão 15 - Tendo em vista a fundação de Cuiabá e a ocupação do Mato Grosso considere as seguintes assertivas.

I - A cidade de Cuiabá, além de outras cidades do Mato Grosso, foi fundada na época da descoberta do ouro e diamantes nessa região.

II - Com o esgotamento da atividade extrativa, a área citada passou por um longo período de estagnação econômica.

III - As principais atividades econômicas dos povoados mato-grossenses, pós época aurífera, eram a pecuária extensiva, a extração rudimentar de madeira e a pequena agricultura de alimentos.

IV - A fundação de Rondonópolis, nas proximidades de Cuiabá, no final do século XIX, reforçou a posição da capital mato-grossense.

Estão corretas apenas:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I e II.
- e) II e IV.

Questão 16 - Sobre o mapa físico e político do estado do Mato Grosso, assinale a afirmativa correta.

- a) O mapa político do Mato Grosso conta, atualmente, com 182 municípios.
- b) O Mato Grosso limita-se ao norte com os estados de Rondônia, Amazonas e Pará.
- c) O estado do Mato Grosso funciona como um divisor de águas das bacias do Amazonas, do Tocantins –Araguaia e do Paraná-Paraguai.

- d) A criação do estado do Mato Grosso ocorreu com a promulgação da Constituição de 1988.
- e) O Pantanal mato-grossense localiza-se no sudeste do Mato Grosso.

Questão 17 - Tendo em vista a expansão da população brasileira para o Mato Grosso, no século XX, considere as seguintes assertivas:

- I. Getúlio Vargas organizou a “Marcha para o Oeste”, contemplando a região Centro-Oeste com dois projetos de colonização: um, na cidade de Ceres em Goiás, e outro, em Dourados, no atual Mato Grosso do Sul.
- II. Na década de 50, o Plano de Metas (1956-1961) do governo Juscelino Kubitschek determinou a implantação de importante malha rodoviária e infraestrutura no Centro-Oeste, caracterizando-se pelas novas frentes de agricultura comercial e bovinocultura tecnificada, assim como as frentes especulativas.
- III. O estado do Mato Grosso não se destaca na produção de soja, milho e gado de corte, porque as rodovias implantadas no estado são insuficientes para o escoamento da produção em caráter comercial.

Estão corretas apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

Questão 18 - Na porção nordeste-leste do Mato Grosso, localiza-se a cidade de Barra do Garças no entroncamento da BR 158 e da BR 070. Considere as assertivas sobre os conflitos de terra nessa porção do território mato-grossense.

- I. Há muitos posseiros e terras griladas que geram permanente tensão social.
- II. Nessa região, os parques e reservas indígenas são preservados e não se constituem em áreas de invasão.

III. Os migrantes sulistas chegados há pouco tempo fazem germinar um novo tipo de regionalismo, que está associado a ideias separatistas.

IV. Os focos de tensão estão associados à criação de cooperativas agrícolas vinculadas à agricultura familiar.

Estão corretas apenas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II, e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

Questão 19 - NÃO se constitui um dos irradiadores da influência geopolítica do Mato Grosso e em consequência da região Centro-Oeste:

- a) a localização geográfica.
- b) a presença do MERCOSUL.
- c) as bacias hidrográficas do Paraguai e Paraná.
- d) as estradas voltadas para o porto de Paranaguá e Santos.
- e) os portos bolivianos.

Questão 20 - O Parque Nacional do Xingu, localizado no Mato Grosso, possui as seguintes características:

- a) Terras com demarcação homologada em que vivem doze povos indígenas com línguas e culturas diferentes em harmonia.
- b) Terras demarcadas mediante a fixação de marcos em que vive a tribo dos xavantes.
- c) Terras identificadas como pertencentes aos indígenas e que possuem jazidas de ouro e diamantes explorados por garimpeiros contratados.

- d) Terras em fase de regularização pelo Governo Federal em que as tribos elaboraram os princípios de um pan-indigenismo autóctone e igualitarista.
- e) Terras demarcadas por decreto presidencial em que os indígenas vivem da extração da borracha e estão organizados em cooperativas.

Questão 21 - No Brasil, há alguns anos, políticas públicas estabeleceram cotas, não apenas, mas também, raciais para o ingresso em universidades públicas. Muitos argumentos a favor e contra são apresentados em debates a respeito da legalidade e da justiça de tal política de cotas. Independentemente de a política de cotas para o ingresso em universidades públicas brasileiras ser louvável ou não, o que está por trás dessa discussão é o reconhecimento, ou não, da necessidade de se implementarem ações afirmativas com vista a proteger grupos considerados vulneráveis. É correto afirmar a respeito das ações afirmativas:

- a) Compensação por erros do passado e promoção da diversidade são argumentos favoráveis a políticas públicas que se constituem em ações afirmativas.
- b) Um utilitarista clássico avaliaria ações afirmativas perguntando se elas contribuiriam para o incremento de benefícios individuais e sociais, em comparação com eventuais prejuízos que podem decorrer da implantação de tais políticas.
- c) Seguindo o pensamento teleológico de Aristóteles, poder-se-ia perguntar a respeito da função das instituições que seriam utilizadas para a promoção de ações afirmativas, com vista a determinar se tais políticas deveriam ser implantadas ou não.
- d) As ações afirmativas são uma forma de discriminação que se justifica do ponto de vista moral, porque visam a elevar o status moral de grupos vulneráveis.
- e) Todas as afirmações anteriores estão corretas.

Questão 22 - A Lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, segundo dispositivo próprio, “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher”. Dispõe seu artigo 3º, *caput*, que: “Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à

segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”. O parágrafo segundo deste artigo estabelece que a responsabilidade pela proteção da mulher não é apenas dela, como já se defendeu outrora, mas da família, da sociedade e do poder público (“§ 2º. Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no *caput*.” Deste modo, a Lei Maria da Penha estabelece que deve haver ingerência na esfera privada das mulheres com vista a protegê-las. Sobre a relação entre público e privado, assinale a alternativa correta:

a) Algumas feministas defendem que, durante muito tempo, a distinção entre público e privado, e a conseqüente inviolabilidade da esfera privada, foi um argumento utilizado com vista a manter a opressão das mulheres que, como grupo vulnerável, precisariam da proteção do Estado para conseguirem agir com igualdade de condições na esfera pública.

b) Argumentos liberais costumam ser desfavoráveis a políticas públicas que visam à proteção das mulheres, pois, dado que entendem liberdade no sentido negativo, ou seja, no sentido da ausência de impedimentos para a realização de algo, desconsideram que a vulnerabilidade em decorrência do sexo e do gênero exige que o poder público estabeleça medidas especiais de proteção.

c) O utilitarismo de preferências, conforme formulado por Peter Singer, reconhece algumas formas de discriminação injustificadas do ponto de vista moral: sexismo, racismo, especismo. Para eliminar todas elas, o filósofo entende que devem ocorrer ações na esfera pública, com vista à proteção da esfera privada.

d) Para John Rawls, bens primários devem ser distribuídos de tal modo a fim de assegurar que todos (homens e mulheres) tenham condições de realizar seus projetos de vida. A teoria da justiça, que trata do conceito político de justiça, pode ser lida como uma forma de assegurar condições tais na esfera pública, que permitam a ação do indivíduo na esfera privada.

e) Todas as afirmações anteriores estão corretas.

Questão 23 - Tendo em consideração a organização político-administrativa contemplada nos artigos 18 a 43 da Constituição da República, analise as afirmativas que seguem.

I – Lei federal disciplinando o piso salarial nacional para o magistério público da educação básica não é plena e integralmente aplicável no âmbito dos estados-membros.

II – Lei federal disciplinando o piso salarial nacional para o magistério público da educação básica somente é aplicável no âmbito dos estados-membros no que regulamenta a composição da jornada de trabalho, determinando o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

III – Lei federal disciplinando o piso salarial nacional para o magistério público da educação básica somente é aplicável no âmbito dos estados-membros no que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, que deverá ser de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio.

IV – Lei federal disciplinando o piso salarial nacional para o magistério público da educação básica não poderá ser aplicada no âmbito dos estados-membros em hipótese alguma em razão da violação ao princípio federativo do qual decorre a autonomia político-administrativa dos entes federados.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) III e IV.
- e) I, III e IV.

Questão 24 – No âmbito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, é correto afirmar que:

- a) o Tribunal de Contas do Estado é órgão auxiliar do Poder Executivo, incumbido da fiscalização interna das contas da administração pública.
- b) o Tribunal de Contas do Estado é órgão auxiliar do Poder Executivo, incumbido da fiscalização externa

das contas da administração pública.

c) o Tribunal de Contas do Estado é órgão auxiliar do Poder Legislativo na fiscalização externa das contas da administração pública, sendo-lhe vedado aplicar diretamente multas e cominações aos responsáveis por irregularidades, devendo para tanto representar ao Poder Executivo estadual.

d) o Tribunal de Contas do Estado é órgão auxiliar do Poder Legislativo na fiscalização externa das contas da administração pública, sendo-lhe possível aplicar diretamente cominações e multas aos responsáveis por irregularidades, constituindo, tais decisões, títulos executivos.

e) o Tribunal de Contas do Estado é órgão auxiliar do Poder Legislativo na fiscalização externa das contas da administração pública, sendo-lhe possível aplicar diretamente cominações e multas aos responsáveis por irregularidades, constituindo, tais decisões, documentos hábeis a comprovar a existência de obrigações pecuniárias em ação de cobrança sempre necessária para a constituição de título executivo.

Questão 25 – A Constituição Federal contempla um sistema de direitos fundamentais relativamente ao qual é correto afirmar que:

I – é indiscutível pelo menos a existência de três gerações, as quais se caracterizam, respectivamente, por ter como preocupação fundamental a liberdade, a igualdade e a proteção contra os riscos artificialmente produzidos pelo progresso científico e tecnológico.

II – está, na sua integralidade, expresso em seu texto, seja no catálogo existente nos artigos 5º a 17, seja em normas esparsas como, exemplificativamente, os artigos 170, parágrafo único e 225.

III – é materialmente aberto, podendo ser explicitados direitos fundamentais decorrentes do regime e dos princípios constitucionais, além de haver a possibilidade de virem a existir novos direitos fundamentais introduzidos na ordem jurídica brasileira por tratados internacionais de direitos humanos.

IV – podem tanto a lei ordinária ou a emenda constitucional suprimir algum direito fundamental, desde que por maioria absoluta dos votos dos membros de cada uma das casas do Congresso Nacional.

Estão corretas apenas as assertivas:

a) I e III.

b) I e II.

- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

Questão 26 – O Congresso Nacional, composto pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, detém atribuições constitucionais que incluem:

- a) a criação de comissões parlamentares de inquérito que, para a quebra de sigilo bancário e fiscal de investigados, dependerão de autorização judicial.
- b) a criação de comissões parlamentares de inquérito que, ao final dos trabalhos, podem requerer ao Poder Judiciário a responsabilização civil ou criminal daqueles que venham a ser reconhecidos como infratores ao final de suas investigações.
- c) a criação de comissões parlamentares de inquérito que, ao final dos trabalhos, podem impor diretamente a responsabilização civil ou criminal daqueles que venham a ser reconhecidos como infratores por 2/3 de seus membros ao final de suas investigações.
- d) a criação de comissões parlamentares de inquérito que, ao final dos trabalhos, podem impor diretamente a responsabilização civil ou criminal daqueles que venham a ser reconhecidos como infratores por maioria absoluta de seus membros ao final de suas investigações.
- e) a criação de comissões parlamentares de inquérito que, ao final dos trabalhos, podem encaminhar suas conclusões ao Ministério Público, para que promova a responsabilização civil ou criminal dos infratores.

Questão 27 – Relativamente à estrutura do Poder Legislativo federal tal como estatuída na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) somente a União, o Distrito Federal e os Estados são entes federativos, tendo em vista que os Municípios não possuem representantes no Senado Federal.
- b) o Senado Federal compõe-se dos representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, tendo os senadores mandato de oito anos, devendo a renovação da representação dar-se de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços dos membros da casa.

- c) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo princípio majoritário, elegendo cada um deles três senadores para mandato de oito anos.
- d) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, tendo-se em consideração o número de eleitores alistados em cada ente federativo.
- e) A Câmara de Deputados é composta por representantes das populações de cada Estado, em cada Território e do Distrito Federal, assegurado a todas unidades da Federação um mínimo de oito e um máximo de setenta deputados.

Questão 28 – No modelo de federação contemplado pela Constituição da República atualmente em vigência, é atribuição dos Estados:

- I – legislar sobre a exploração direta, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado, sendo-lhes vedada a expedição de medidas provisórias sobre tal tema.
- II – explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- III – explorar diretamente e legislar sobre a exploração indireta, das águas superficiais e subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, inclusive as decorrentes de obras da União relativamente às quais não incida vedação estabelecida em lei complementar federal.
- IV – mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Estão CORRETAS:

- a) as assertivas I e III.
- b) todas as assertivas.
- c) as assertivas I e IV.
- d) as assertivas II e III.

e) as assertivas II e IV.

Questão 29 – A forma federativa de Estado, de rigor, funda-se na autonomia dos entes federados que, somente por exceção e nos casos estritamente previstos na própria Constituição Federal, possibilita a intervenção de uns em outros. Nesse sentido, é correto afirmar que:

a) os Estados membros podem ser submetidos à intervenção federal a fim de preservar o princípio constitucional da autonomia municipal, hipótese em que a decretação da intervenção dependerá de o STF julgar procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.

b) os Estados membros podem ser submetidos à intervenção federal a fim de preservar o princípio constitucional da autonomia municipal, hipótese em que a decretação da intervenção dependerá de o STJ julgar procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.

c) os Estados membros, em hipótese alguma, poderão intervir em seus municípios.

d) os Estados membros poderão intervir em seus municípios quando não foram prestadas contas devidas, na forma da lei, dependendo a decretação da intervenção de o STF julgar procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.

e) os Estados membros poderão intervir em seus municípios quando não foram prestadas contas devidas, na forma da lei, dependendo a decretação da intervenção de o STJ julgar procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva.

Questão 30 – Considerando as seguintes alternativas sobre os princípios fundamentais estatuídos nos artigos 1º a 4º da Constituição da República:

I – Em plebiscito convocado por lei complementar federal, desde que aprovado por dois terços dos respectivos eleitores, um estado-membro pode declarar sua independência e criar um Estado soberano, retirando-se da federação.

II – A Constituição estadual, em razão da autonomia dos entes federados, pode estabelecer condições e status jurídicos diferenciados para as etnias que compõem historicamente sua população, excluindo

grupos da possibilidade de titularem e exercerem alguns direitos.

III – A Constituição estadual, em razão da dignidade da pessoa humana, não pode estabelecer condições e status jurídicos diferenciados para as etnias que compõem historicamente sua população, excluindo grupos da possibilidade de titularem e exercerem alguns direitos.

IV – Em virtude da dignidade da pessoa humana, do dever constitucional de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação, e da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais, importaria violação da Constituição Federal a ação de Estado membro voltada à proibição do ingresso em seu território ou à expulsão dele de grupos de estrangeiros que deixam seus países de origem em razão de guerras, perseguições políticas ou precárias condições econômicas.

Estão CORRETAS apenas as assertivas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) III e IV.

Questão 31 - Em relação aos atos administrativos, considere as seguintes assertivas:

I- A autoexecutoriedade caracteriza-se como atributo pelo qual os atos administrativos são cogentes, obrigando a terceiros, independente da sua vontade.

II- A anulação é um das formas de extinção dos atos administrativos, realizada pela própria Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, por razões de ilegalidade.

III- Conforme a teoria dos motivos determinantes, a Administração Pública vincula-se aos motivos declarados por ocasião da prática do ato administrativo.

Quais estão CORRETAS:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.

- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

Questão 32 - Em relação aos servidores públicos, considere as seguintes assertivas:

I- O regime jurídico de subsídios, conforme a Constituição Federal, na redação dada pela EC nº 19/98, é obrigatório para os servidores públicos organizados em carreira.

II- Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

III- A exoneração, cuja consequência é a vacância do cargo ou função pública, constitui-se espécie de sanção disciplinar, aplicada em virtude da prática de ilícito administrativo grave.

Quais estão CORRETAS?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

Questão 33 - Em relação aos poderes da Administração Pública, considere as seguintes assertivas:

I – O poder regulamentar é a prerrogativa conferida à Administração Pública, exercido para explicitar o teor de leis, permitindo sua efetiva aplicação, resultando na expedição, por exemplo, de decretos.

II – O poder hierárquico, presente apenas nas funções públicas, caracteriza-se como a prerrogativa da Administração Pública, de distribuição de competências administrativas e aplicação de sanções administrativas.

III – O poder de polícia caracteriza-se como a prerrogativa da Administração Pública, por meio da qual limita o exercício de direitos individuais, cuja atuação ocorre apenas com a edição de atos normativos de

Quais estão CORRETAS?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

Questão 34 - Em relação à responsabilidade civil do Estado, considere as seguintes assertivas:

I – Na evolução histórica da responsabilidade civil do Estado, a teoria da culpa administrativa exigia a comprovação da culpa individual do funcionário.

II – Como o Brasil adota como regra geral a responsabilidade civil do Estado fundada no risco administrativo, para configurar o dever de indenizar basta que o agente causador do dano tenha a qualidade de agente público.

III – A responsabilidade civil do Estado, prevista no artigo 37, §6º, da Constituição Federal, também se aplica às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, excluindo as entidades da Administração Pública Indireta que exploram atividade econômica de natureza privada.

Quais estão CORRETAS?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

Questão 35 - Em relação à improbidade administrativa, considere as seguintes assertivas:

I- Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

II – A sociedade de economia mista, em virtude da personalidade jurídica de direito privado, não pode figurar como sujeito passivo da improbidade administrativa, nos termos do artigo 1º da Lei nº 8.429/92.

III – O ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, previsto no artigo 9º da Lei nº 8.429/92, admite as modalidades dolosa e culposa.

Quais estão CORRETAS?

a)Apenas I.

b)Apenas II.

c)Apenas III.

d)Apenas I e III.

e)Apenas II e III.

Questão 36 - Em relação à Administração Pública Indireta, considere as seguintes assertivas:

I- A autarquia é pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com patrimônio e receita próprios, para o desempenho de atividades típicas do Estado.

II – As empresas públicas e sociedades de economia mista possuem como característica comum a criação autorizada por ato administrativo específico de caráter normativo.

III – Conforme o regime de organização administrativa do Brasil, a sociedade de economia mista estrutura-se sob a forma de sociedade anônima.

Quais estão CORRETAS?

a)Apenas I.

b)Apenas II.

c)Apenas III.

d)Apenas I e III.

e)Apenas II e III.

Questão 37 - Em relação a Licitações, considere as seguintes assertivas:

I-Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

II – É dispensável a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

III – Os membros das comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Quais estão CORRETAS?

a)Apenas I.

b)Apenas II.

c)Apenas III.

d)Apenas I e II.

e)Apenas II e III.

Questão 38 - Em relação aos contratos administrativos, considere as seguintes assertivas:

I-Considerando o objetivo de garantir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

II – A inexecução total ou parcial do contrato administrativo enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

III – Os contratos administrativos regidos pela Lei 8.666/93 poderão ser alterados, desde que haja acordo das partes, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

Quais estão CORRETAS:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

Questão 39 – Os benefícios econômicos futuros incorporados a um ativo podem fluir para a entidade de diversas maneiras. Por exemplo, o ativo pode ser:

I – usado isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de bens ou na prestação de serviços a serem vendidos pela entidade.

II – distribuído aos proprietários da entidade.

III – usado para liquidar um passivo.

Assinale a alternativa que aponta a(s) assertiva(s) correta(s).

- a) I, II e III.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas III.

Questão 40 – O(s) objetivo(s) da auditoria das demonstrações contábeis constante na NBC TA 200 é (são):

I - obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse

sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

II - apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas NBC TAs, em conformidade com as constatações do auditor.

III - aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.

Assinale a alternativa que aponta a(s) assertiva(s) correta(s).

- a) I, II e III.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

Questão 41 – Em relação à NBC TA 200, o seguinte termo possui significado INCORRETO.

- a) Evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião.
- b) Risco de auditoria é o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.
- c) Auditor é usado em referência à pessoa ou às pessoas que conduzem a auditoria, geralmente o sócio do trabalho ou outros integrantes da equipe do trabalho, ou, como aplicável, à firma.
- d) Asseguração razoável é, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, um nível alto, mas não absoluto, de segurança.
- e) Risco de distorção relevante é o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria.

Questão 42 – A empresa Lucro Certo realizou vendas a prazo no mês de dezembro de 2014 no montante de R\$ 150.000,00 e apropriou despesas com aluguel relativo a dezembro de 2014, cujo vencimento ocorre em 10 de janeiro de 2015, no valor de R\$ 60.000,00. O resultado do exercício em dezembro 2014, considerando-se somente esses dois registros, no regime de caixa e no regime de competência foi respectivamente de:

- a) R\$ 150.000,00 e R\$ 90.000,00.
- b) R\$ 90.000,00 e R\$ 90.000,00.
- c) R\$ 90.000,00 e R\$ 0,00.
- d) R\$ 150.000,00 e R\$ 50.000,00.
- e) R\$ 0,00 e R\$ 90.000,00.

Questão 43 – Sabe-se que o Passivo Total de uma empresa supera em R\$ 20.000,00 o Passivo Exigível (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) e que o Patrimônio Líquido corresponde a 50% do Passivo Exigível. Considerando-se essa situação, pode-se afirmar que:

- a) o Passivo Exigível é de R\$ 40.000,00.
- b) o Patrimônio Líquido é de R\$ 60.000,00.
- c) o Passivo Total é de R\$ 100.000,00.
- d) o patrimônio Líquido é de R\$ 40.000,00.
- e) o Passivo Exigível é de R\$ 60.000.

Questão 44 – Em um regime de economia inflacionária, o lucro bruto obtido na venda de mercadorias será maior quando a avaliação do estoque final de mercadoria for realizada pelo sistema:

- a) UEPS.
- b) Valor de mercado.
- c) Média ponderada móvel.
- d) PEPS.
- e) Método de equivalência patrimonial.

Questão 45 – Ao final do exercício a Cia América possui 30% do capital da Cia Brasil, representado por ações preferenciais. Sabe-se também que a Cia América influencia significativamente a Cia Brasil. O investimento foi adquirido por R\$ 6.750.000,00. O capital social de cada uma das companhias, ao final do exercício, era de R\$ 54.000.000,00. O patrimônio líquido de América e Brasil ao final do exercício são de respectivamente R\$67.500.000,00 e R\$ 40.500.000,00. Este investimento no Balanço de América deve ser avaliado por:

- a) R\$ 20.250.000,00.
- b) R\$ 16.200.000,00.
- c) R\$ 4.050.000,00.
- d) R\$ 12.150.000,00.
- e) R\$ 6.750.000,00.

Questão 46 – A demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) foi instituída no Brasil pela Lei nº 11.638/07, que definiu sua estrutura. Com base nessa estrutura, o recebimento de vendas à vista de produtos e a aquisição à vista de ativo imobilizado devem ser classificados, respectivamente, no Fluxo de Caixa das Atividades:

- a) de Investimento e no Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais.
- b) de Investimento e no Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.
- c) operacionais e no Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento.
- d) de Financiamento e no Fluxo de Caixa das Atividades de Operacionais.
- e) de Financiamento e no Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

Questão 47 – Analise as alternativas tendo em vista o que trata a NBC T 16.2. Sabendo-se que essa norma estabelece o conceito de patrimônio público, sua classificação sob o enfoque contábil, o conceito e a estrutura do sistema de informação contábil.

I- Patrimônio público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador e represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

II- Circulante é o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis e Não Circulante é o conjunto de bens e direitos realizáveis e obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis.

III- Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

Estão CORRETAS:

- a) apenas a I.
- b) as assertivas I e II.
- c) as assertivas I e III.
- d) as assertivas I, II e III.
- e) as assertivas II e III.

Questão 48 – Segundo o MCASP 6ª edição- STN, as variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. As variações patrimoniais podem ser classificadas em:

- a) aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD).
- b) quantitativas e qualitativas.
- c) efetiva e não efetiva.
- d) mutação patrimonial ativa e mutação patrimonial passiva.
- e) natureza orçamentária e não orçamentária.

Questão 49- Analise as alternativas quanto à mensuração dos ativos e passivos:

I - Mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis.

II - Avaliação patrimonial é a atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

III - Valor justo (*fair value*) é a quantia que a entidade do setor público espera obter com a alienação ou a utilização de itens de inventário quando deduzidos os gastos estimados para seu acabamento, alienação ou utilização.

Estão CORRETAS:

- a) apenas a I.
- b) as assertivas I e II.
- c) as assertivas I e III.
- d) as assertivas I, II e III.
- e) as assertivas II e III.

Questão 50 - Considerando o MCASP- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª Ed., relacione a demonstração contábil que consta na primeira coluna, com o conceito que consta na segunda coluna e assinale a opção CORRETA.

- | | |
|---|---|
| (1) Demonstração das Variações Patrimoniais | () Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. |
| (2) Balanço Patrimonial | () Evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. |
| (3) Balanço Financeiro | () Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a |

situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação

A sequência CORRETA é:

- a) 1,2,3.
- b) 1,3,2.
- c) 2,1,3.
- d) 2, 3,1.
- e) 3,1,2.

Questão 51- Doações são transferências voluntárias de ativos incluindo dinheiro ou outros ativos monetários e bens em espécie para outra entidade. Os bens em espécie são reconhecidos como ativos quando são recebidos ou quando existe um acordo obrigatório para se receberem tais bens. Se os bens em espécie são recebidos sem condições atreladas, a variação patrimonial aumentativa é reconhecida imediatamente. Se condições estão atreladas, um passivo é reconhecido, na medida em que as condições são satisfeitas, o passivo é reduzido, e a receita é reconhecida. No reconhecimento inicial, doações, incluindo bens em espécie, devem ser mensurados na data do recebimento levando-se em conta:

- a) valor justo.
- b) valor depreciável.
- c) valor presente.
- d) valor recuperável.
- e) valor residual.

Instrução: Analise os dados do quadro abaixo de um Balanço Orçamentário de uma entidade pública de um determinado exercício e responda às questões números 52, 53 e 54.

Itens	EM R\$ mil
Alienação de Bens Imóveis	600
Despesa com Amortização Dívida	800
Despesa de Juros e Encargos da Dívida	100
Despesa de Pessoal e Encargos Sociais	2.500
Operações de Crédito Internas	400
Receita de Contribuições Sociais	500
Receita de Dívida Ativa	900
Receita de Valores Imobiliárias	600
Receita de Impostos	4.000

Questão 52- Com base nos dados informados no quadro acima, pergunta-se: qual o resultado da execução orçamentária?

- a) deficitário em R\$600.
- b) superavitário em R\$ 3.200.
- c) deficitária em R\$ 3.400.
- d) superavitário em R\$ 3.600.
- e) superavitário R\$ 7.000.

Questão 53- Qual o total da receita corrente?

- a)R\$ 1.000.
- b)R\$ 1.900.
- c)R\$ 2.500.
- d)R\$ 5.400.
- e)R\$ 6.000.

Questão 54- Qual o total da receita de capital?

- a)R\$ 1.000.
- b)R\$ 1.900.
- c)R\$ 2.500.
- d)R\$ 5.400.
- e)R\$ 6.000.

Questão 55 - Em relação ao modelo de Administração Pública Burocrática, avalie as assertivas a seguir:

I - São princípios orientadores do seu desenvolvimento a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o formalismo.

II - Propõe o desenvolvimento de uma cultura organizacional, orientada para resultados e o aumento da governança do Estado.

III - Necessita de controles rígidos dos processos, como, por exemplo, na admissão de pessoal e nas compras públicas.

Estão CORRETAS:

- a) apenas I.
- b) apenas I e II.
- c) apenas I e III.
- d) apenas II e III.
- e) I, II e III.

Questão 56 - Com relação à implantação da Administração Pública Gerencial no Brasil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Surge nos anos 1930, época da aceleração da industrialização brasileira, em que o Estado intervém pesadamente no setor produtivo de bens e serviços.
- b) Possui sua base conceitual no patrimonialismo político-administrativo.
- c) Possui sua base conceitual no patrimonialismo institucionalizado.

- d) Tem na Emenda Constitucional nº 19/98, chamada de Emenda da Reforma Administrativa, um dos seus principais marcos normativos.
- e) Sua implantação se deu com ampla legitimidade popular, após a aprovação, por referendo popular, da denominada “Emenda das Privatizações”.

Questão 57 - O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado no Brasil (1995), documento símbolo do Gerencialismo no Brasil, afirma que, no aparelho do Estado, é possível distinguir quatro setores. Com relação a esse tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O setor de “Atividades Exclusivas” corresponde ao governo, em sentido lato. É o setor que define as leis e as políticas públicas, e cobra o seu cumprimento.
- b) O setor de “Serviços Não Exclusivos” é caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro que ainda permanecem no aparelho do Estado como, por exemplo, as do setor de infraestrutura.
- c) No setor denominado “Núcleo Estratégico”, a propriedade tem que ser necessariamente estatal ou privada. Entretanto, no setor “Atividades Exclusivas”, a propriedade só pode ser estatal.
- d) No setor de “Produção de Bens e Serviços para o Mercado”, a propriedade tem que ser necessariamente estatal.
- e) No setor de “Serviços Não Exclusivos”, a propriedade ideal é a pública não-estatal.

Questão 58 - Tendo em vista as mudanças institucionais surgidas no contexto da reforma gerencial no Brasil, considere as seguintes assertivas:

- I - Organização Social é a qualificação jurídica dada à pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, que recebe delegação do Poder Público, mediante termo de parceria, para desempenhar serviço público de natureza social.
- II - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é a qualificação jurídica dada à pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços

sociais não exclusivos do Estado com incentivo e fiscalização do Poder Público, mediante vínculo jurídico instituído por meio de contrato de gestão.

III - Organização Social não é passível de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Quais estão CORRETAS?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) Apenas II e III.

Questão 59 - No tocante a políticas públicas, analise as seguintes afirmativas.

I - Políticas distributivas são aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos.

II - Políticas regulatórias são aquelas que estabelecem imperativos, interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos.

III - Políticas redistributivas são aquelas que alocam bens ou serviços a frações específicas da sociedade, mediante recursos provenientes da sociedade como um todo.

Quais estão CORRETAS?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

Questão 60 - Tendo em vista a avaliação de programas e projetos, considere as assertivas a seguir.

I – Efetividade: impacto dos resultados alcançados ou pretendidos pelo programa ou projeto sobre a população-alvo. Corresponde ao grau de atingimento dos objetivos pretendidos pelo programa ou projeto.

II - Eficiência: resultados obtidos com os projetos e as atividades componentes do programa ou do projeto.

III – Eficácia: adequação e disponibilidade de recursos materiais, humanos e de infraestrutura para a implementação de um programa ou de um projeto.

Quais estão CORRETAS?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

Questão 61 - Considerando a temática do Governo Eletrônico no Brasil, analise as seguintes assertivas:

I - A política de Governo Eletrônico segue um conjunto de diretrizes que atuam em três frentes fundamentais: junto ao cidadão; na melhoria da sua própria gestão interna; e na integração com parceiros e fornecedores.

II – A gestão do conhecimento é um instrumento estratégico de articulação e gestão das políticas públicas do Governo Eletrônico.

III - A inclusão digital deve ser tratada como um elemento constituinte da política de Governo Eletrônico.

Quais estão CORRETAS?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

Questão 62 - Um dos temas mais relevantes para a Administração Pública brasileira no século XXI diz respeito à gestão participativa. Sobre essas temáticas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O referendo é uma consulta formulada ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. É convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.
- b) O plebiscito é uma consulta formulada ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa. É convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.
- c) Controle social é a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando os objetivos, processos e resultados.
- d) A transparência ativa se dá quando alguma instituição pública é demandada pela sociedade a prestar informações que sejam de interesse geral ou coletivo, desde que não sejam resguardadas por sigilo.
- e) A transparência passiva ocorre quando há iniciativa da instituição pública de dar divulgação a informações de interesse geral ou coletivo, ainda que não tenha sido expressamente solicitada.

Questão 63 - O §1º e o 2º do art. 11 da Lei nº 4.320/1964 classificam as receitas nas seguintes categorias econômicas:

- a) orçamentária e extra orçamentária.
- b) efetiva e não efetiva.
- c) corrente e de capital.
- d) mutação patrimonial ativa e mutação patrimonial passiva.
- e) originárias e derivadas.

Questão 64 - O MCASP 6ª edição informa que os princípios orçamentários visam estabelecer regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Sendo assim, analise as assertivas abaixo:

Questão 64 - O MCASP 6ª edição informa que os princípios orçamentários visam estabelecer regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Sendo assim, analise as assertivas abaixo:

I- O princípio da universalidade determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

II- O princípio da exclusividade estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

III- O princípio da publicidade é princípio básico da atividade da Administração Pública e está previsto no *caput* do art. 37 da Magna Carta de 1988. Justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.

Estão CORRETAS:

- a) as assertivas I e II.
- b) as assertivas I e III.
- c) as assertivas I, II e III.
- d) as assertivas II e III.
- e) apenas a III.

Questão 65 - O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Analise as alternativas e assinale a CORRETA.

- a) Créditos adicionais especiais são os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- b) A Lei nº 4.320/1964 determina que os créditos suplementares e especiais serão abertos por decreto do Poder Executivo, não dependendo de autorização legislativa, necessitando da existência de recursos disponíveis.
- c) Consideram-se recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais somente os provenientes de excesso de arrecadação.

d) A vigência dos créditos adicionais restringe-se ao exercício financeiro em que foram autorizados, exceto os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, que poderão ter seus saldos reabertos por instrumento legal apropriado, situação na qual a vigência fica prorrogada até o término do exercício financeiro subsequente.

e) O crédito suplementar incorpora-se ao orçamento, adicionando-se à dotação orçamentária que deva reforçar, assim como os créditos especiais e extraordinários conservam sua especificidade, demonstrando-se as despesas realizadas à conta dos mesmos, separadamente.

Questão 66 - A execução da despesa orçamentária se dá em três estágios, na forma prevista na Lei nº 4.320/1964. Um desses estágios é o empenho. Qual a classificação do empenho? Assinale a alternativa CORRETA.

a) Suplementar, especial e extraordinário.

b) Programação, liquidação e pagamento.

c) Fixação, programação e liquidação.

d) Prévio, extraordinário e geral.

e) Ordinário, estimativo e global.

Questão 67 - A Lei Orçamentária Anual (LOA) é uma lei elaborada pelo Poder Executivo que estabelece as despesas e as receitas que serão realizadas no próximo ano. A Lei Orçamentária Anual compreenderá: orçamento fiscal, orçamento de investimento e orçamento da seguridade social. Relacione o tipo de orçamento que consta na primeira coluna, com o conceito que consta na segunda coluna e assinale a opção CORRETA.

(1) orçamento fiscal

() Abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

(2) orçamento de investimento

() Das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

(3) orçamento da seguridade social

() Referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

A sequência CORRETA é:

- a) 1,2,3.
- b) 1,3,2.
- c) 2,1,3.
- d) 2, 3,1.
- e) 3,2,1.

Questão 68 - Segundo o parágrafo 2º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988, a Lei que compreenderá as metas e as prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e que, além de outras orientações, estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, refere-se a:

- a) LRF- Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) LOA- Lei Orçamentária Anual.
- c) LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) PPA- Plano Plurianual.
- e) LTF- Lei de Transparência Fiscal.

Questão 69 - O art. 2º da Lei n.º 10.180/2001 trata do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e, dentre as suas finalidades, apresenta-se:

- I - formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
- II- propor medidas que objetivem a consolidação das informações orçamentárias das diversas esferas de governo.
- III - acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira, sem prejuízo da competência atribuída a outros órgãos.

Estão **CORRETAS** apenas as assertivas

- a) I .
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) I, II e III.

Questão 70 - Assinale a alternativa CORRETA quanto a uma das condições de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita que trata o art.14 da Lei Complementar nº 101/2000.

- a) Demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
- b) Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de despesa de investimentos na área da saúde e educação.
- c) Redução de alíquotas e ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- d) Estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro a partir do exercício seguinte do de sua vigência e nos dois seguintes.
- e) Alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Questão 71 - Consoante disposto na Lei 8212/91, a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos do art. 195 da Constituição Federal e desta Lei, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais.

De acordo com o disposto no Parágrafo Único do artigo 11 da Lei 8212/91, constituem contribuições sociais:

- a) as das empresas, incidentes sobre o salário de contribuição pago ou creditado aos segurados a seu serviço.
- b) as dos empregadores domésticos.
- c) as dos trabalhadores, incidentes sobre a sua remuneração.
- d) as das empresas, incidentes apenas sobre o faturamento.
- e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos federais, exclusivamente.

Questão 72 - Entende-se por salário de contribuição para o empregado e trabalhador avulso: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa; para o empregado doméstico: a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para comprovação do vínculo empregatício e do valor da remuneração; para o contribuinte individual: a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observado o limite máximo a que se refere o § 5º do artigo 28 da Lei 8212/91; para o segurado facultativo: o valor por ele declarado, observado o limite máximo a que se refere o § 5º do artigo 28 da Lei 8212/91.

Considerando o disposto na Lei 8212/91 no que se refere a salário de contribuição, é correto afirmar:

- a) Quando a admissão, a dispensa, o afastamento ou a falta do empregado ocorrer no curso do mês, o salário-de-contribuição será proporcional ao número de dias de trabalho efetivo ou não, na forma estabelecida em lei.
- b) O salário-maternidade não é considerado salário de contribuição.
- c) O limite mínimo do salário de contribuição corresponde ao piso salarial, legal ou normativo, da categoria ou, inexistindo este, ao salário contratual, tomado no seu valor mensal, diário ou horário, conforme o ajustado e o tempo de trabalho efetivo durante o mês.
- d) O décimo terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário de contribuição, inclusive para o cálculo de benefício, na forma estabelecida em lei.
- e) Integram o salário de contribuição pelo seu valor total, o total das diárias pagas, quando excedente a cinquenta por cento da remuneração mensal.

Questão 73 - Nos termos do artigo 89 da Lei 8212/91, as contribuições sociais previstas nas alíneas *a*, *b* e *c* do parágrafo único do art. 11 desta lei, as contribuições instituídas a título de substituição e as contribuições devidas a terceiros somente poderão ser restituídas ou compensadas nas hipóteses de pagamento ou recolhimento indevido ou maior que o devido, nos termos e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

É correto afirmar que:

- a) na hipótese de compensação indevida, quando se comprove falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo, o contribuinte estará sujeito à multa isolada aplicada de forma simples, e terá como base de cálculo o valor total do débito indevidamente compensado.
- b) verificada a existência de débito em nome do sujeito passivo, o valor da restituição será utilizado para extingui-lo apenas totalmente, mediante compensação.
- c) os valores compensados indevidamente não serão exigidos com acréscimos moratórios.
- d) o valor a ser restituído ou compensado será acrescido de juros obtidos pela aplicação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada

mensalmente, a partir do mês subsequente ao do pagamento indevido ou a maior que o devido até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.

e) aplica-se aos processos de restituição das contribuições de que trata este artigo e de reembolso de salário-família e salário-maternidade o rito previsto no Código de Processo Civil.

Questão 74 – No que tange à arrecadação e ao recolhimento das contribuições, nos termos do artigo 30 da Lei 8212/91, é correto afirmar que:

a) a empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração.

b) os segurados contribuinte individual e facultativo estão obrigados a recolher sua contribuição por iniciativa própria, até o dia trinta do mês seguinte ao da competência.

c) o proprietário, o incorporador definido na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, o dono da obra ou condômino da unidade imobiliária, qualquer que seja a forma de contratação da construção, reforma ou acréscimo, não são solidários com o construtor, e estes com a subempreiteira, pelo cumprimento das obrigações para com a Seguridade Social, ressalvado o seu direito regressivo contra o executor ou contratante da obra e admitida a retenção de importância a este devida para garantia do cumprimento dessas obrigações, se aplicando, em qualquer hipótese, o benefício de ordem.

d) exclui-se da responsabilidade subsidiária perante a Seguridade Social o adquirente de prédio ou unidade imobiliária que realizar a operação com empresa de comercialização ou incorporador de imóveis, ficando estes subsidiariamente responsáveis com o construtor.

e) as empresas que integram grupo econômico de qualquer natureza respondem entre si, subsidiariamente, pelas obrigações decorrentes desta Lei.

Questão 75 – Nos termos do artigo 1º da Lei 9717/98 os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos

Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

- a) realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.
- b) financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados e do Distrito Federal e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes.
- c) cobertura de um número máximo de segurados, de modo que os regimes possam garantir indiretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais.
- d) cobertura exclusiva a servidores públicos titulares ou não de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios.
- e) registro contábil centralizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais.

Questão 76 - Nos termos do artigo 12 da Lei 8212/91, são segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social, na condição de empregado.

- a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- b) aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.
- c) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no exterior para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- d) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no exterior para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital

nacional.

e) o servidor público ocupante de cargo em comissão, com vínculo efetivo com a União, autarquias, inclusive em regime especial, e fundações públicas federais.

Questão 77 – Nos termos do artigo 1º da Lei 8212/91, a Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes, exceto:

- a) universalidade da cobertura e do atendimento.
- b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios.
- e) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição.

Questão 78 – Nos exatos termos da Lei 8212/91, assinale a alternativa correta.

- a) O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social consubstanciado nesta Lei, desde que amparados por regime geral de previdência social.
- b) Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados facultativos em relação a essas atividades.
- c) Caso o servidor ou o militar, amparados por regime próprio de previdência social, sejam requisitados para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita a filiação nessa condição, não permanecerão vinculados ao regime de origem, obedecidas as regras que cada ente estabeleça acerca de sua contribuição.
- d) É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição.

e) É contribuinte individual quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter não eventual, a uma ou mais empresas, com relação de emprego.

Questão 79 – Sobre as funções econômicas do setor público, selecione a alternativa que preenche corretamente a frase:

A função do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia, para alterar o comportamento dos preços e emprego, pois o pleno emprego e a estabilidade de preços não acontecem de maneira automática.

- a) estabilizadora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) de crescimento econômico.
- e) fiscalizadora.

Questão 80 – Sobre o déficit público considere as seguintes afirmações.

I – Quando o déficit é maior que zero, o governo estará contribuindo para a demanda, ou seja, realizando uma política fiscal expansionista.

II – Aumento de gastos públicos é uma das medidas tradicionalmente adotadas pelos governos para conter níveis elevados de déficit.

III – Privatização pode ser uma fonte de recursos extrafiscais para financiamento do déficit.

Quais afirmações estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas I e III.

Questão 81 – Sobre o papel do estado como órgão regulador considere as seguintes afirmações:

I – A investigação e a denúncia de atividades anticompetitivas ou o abuso do monopólio concedido é uma das principais funções dos órgãos reguladores.

II – Os órgãos reguladores têm como principal função impedir a formação de monopólios estimulando, em qualquer situação, a entrada de novos concorrentes.

III – Um dos principais objetivos da regulação é o bem-estar do consumidor.

Quais afirmações estão corretas?

a) Todas.

b) Apenas a I e a II.

c) Apenas a I e a III.

d) Apenas a II e a III.

e) Nenhuma.

Questão 82 - Para aumentar a oferta de moeda ao sistema econômico o Banco Central pode:

I – reduzir o nível de reservas obrigatórias dos bancos comerciais.

II – aumentar a taxa de redesconto de títulos.

III – vender títulos governamentais ao mercado de capitais.

Quais afirmações estão corretas?

a) Apenas a I.

b) Apenas a II.

c) Apenas a III.

d) Apenas I e II.

e) Apenas I e III.

Questão 83 – Tendo em vista o tratamento dado pela Constituição Federativa do Brasil ao controle interno, considere as seguintes assertivas.

I – Os responsáveis pelo sistema de controle interno não podem, em face do sigilo fiscal a que estão submetidos, dar ciência ao Tribunal de Contas sobre irregularidades de que tenham conhecimento.

II – O cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos planos de governo fazem parte da discricionariedade administrativa, razão pela qual não estão sujeitos ao sistema de controle interno.

III – A denúncia de irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas só poderá ser feita por membro de Poder ou do Ministério Público ou por detentor de mandato eletivo.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva II.
- c) Está correta apenas a assertiva III.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Nenhuma assertiva está correta.

Questão 84 – NÃO está entre as competências do Tribunal de Contas do Estado:

- a) julgar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado.
- b) julgar as contas dos presidentes de sociedades de economia mista estaduais.
- c) realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- d) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- e) representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

Questão 85 – De acordo com a Constituição do Estado do Mato Grosso, é CORRETO afirmar que:

- a) o Tribunal de Contas do Estado é integrado por nove Conselheiros e tem sede na Capital do Estado.
- b) é requisito para a nomeação no cargo de Conselheiro, com aprovação prévia da Assembléia Legislativa, que o escolhido tenha idoneidade moral e reputação ilibada.
- c) os Conselheiros do Tribunal de Contas terão as mesmas garantias, prerrogativas, vedações,

impedimentos, remuneração e vantagens dos Deputados estaduais.

d) os Conselheiros do Tribunal de Contas estão sujeitos a mandato de quatro anos.

e) dentre os Conselheiros do Tribunal de Contas, três serão escolhidos livremente pelo Governador.

Questão 86 – De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado, avalie as assertivas abaixo.

I – No julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade, a eficiência e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

II – O Tribunal de Contas, por não integrar a estrutura do Poder Judiciário, não pode adotar medidas cautelares.

III - A decisão do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou cominação de multa, torna a dívida líquida e certa e tem a eficácia de título executivo.

Estão CORRETAS:

a) Apenas as assertivas I e II.

b) Apenas as assertivas II e III.

c) Apenas as assertivas I e III.

d) as assertivas I, II e III.

e) nenhuma assertiva está correta.

Questão 87 – É Órgão Superior de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Mato Grosso:

a) o Tribunal de Contas do Estado.

b) a Assembléia Legislativa do Estado.

c) a Procuradoria-Geral do Estado.

d) a Controladoria-Geral do Estado.

e) a Procuradoria-Geral de Justiça.

Questão 88 – À luz do Regimento Interno, NÃO está entre as competências da Controladoria-Geral do Estado do Mato Grosso:

- a) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- b) zelar pela transparência e pela disponibilização de informações relativas às receitas, aos gastos e às ações desenvolvidas pelos órgãos, de forma a viabilizar o controle social.
- c) promover ações sistemáticas dos resultados das ações de controle interno verificando a sua eficiência e eficácia.
- d) estabelecer a política e as diretrizes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.
- e) representar ao Governador do Estado e ao TCE-MT, sob pena de responsabilidade solidária, sobre irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário, não reparados integralmente por meio das medidas adotadas pela Administração.

Questão 89 – À luz do Regimento Interno da Controladoria-Geral do Estado do Mato Grosso, o órgão de decisão colegiada, instituído pela Lei Complementar nº 198, de 17 de dezembro de 2004, que tem como missão prestar suporte técnico, promover e coordenar atividades que culminem no aprimoramento da avaliação do sistema de controle interno é:

- a) o Gabinete do Secretário Auditor-Geral do Estado.
- b) o Gabinete do Secretário Adjunto da Corregedoria-Geral.
- c) a Câmara de Estudos Técnicos do Sistema de Controle Interno.
- d) o Comitê de Apoio Técnico - CAT.
- e) a Unidade de Apoio à Gestão Estratégica (UAGE).

Questão 90 – Entre as macrofunções do Sistema de Controle Interno, aquela que é um conjunto de ações voltadas para o monitoramento e a fiscalização do gasto público é a:

- a) Auditoria.
- b) Controladoria.

- c) Corregedoria.
- d) Ouvidoria.
- e) Procuradoria.

Questão 91 – Tendo em vista o Código de Ética da INTOSAI, considere as seguintes assertivas:

I – Os Auditores são obrigados a cumprir normas superiores de conduta, como por exemplo, honradez e imparcialidade, durante seu trabalho, e em suas relações com o pessoal das entidades fiscalizadas.

II – O Auditor deve tratar os colegas e o público em geral de forma autoritária, para que compreendam a hierarquia e a necessária obediência aos seus comandos imperativos.

III – Os Auditores devem portar-se de maneira que promova a cooperação e as boas relações entre eles e dentro da profissão. A cooperação recíproca e o apoio à profissão constituem elementos essenciais do profissionalismo.

Estão corretas apenas

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) Nenhuma assertiva está correta.

Questão 92 – Segundo o IIA (Institute of Internal Auditors), quem descreve a natureza da auditoria interna e fornece os critérios de qualidade contra os quais o desempenho desses serviços possa ser avaliado são:

- a) as normas de atributo.
- b) as normas de desempenho.
- c) as normas de implantação.
- d) os serviços de consultoria.

e) os serviços de auditoria.

Questão 93 – Tendo em conta os “componentes do controle interno”, segundo o COSO Internal Control – Integrated Framework (2013), considere as seguintes assertivas.

I – O ambiente de controle é um conjunto de normas, processos e estruturas que fornece a base para a condução do controle interno por toda a organização.

II – A avaliação de riscos prescinde de um processo dinâmico e interativo para identificar e avaliar os riscos à avaliação dos objetivos. Esses riscos de não atingir os objetivos em toda a entidade não são considerados em relação às tolerâncias aos riscos estabelecidos.

III – A comunicação interna é o meio pelo qual as informações são transmitidas para a organização, fluindo em todas as direções da entidade. Ela permite que os funcionários recebam uma mensagem clara da alta administração de que as responsabilidades pelo controle devem ser levadas a sério.

Estão corretas apenas

a) I e II.

b) II e III.

c) I e III.

d) I, II e III.

e) Nenhuma assertiva está correta.

Questão 94 – Tendo em conta a Portaria TCU nº 280/2010, considere as assertivas abaixo.

I – As auditorias de regularidade objetivam examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis perante a jurisdição do Tribunal de Contas, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.

II – As auditorias operacionais objetivam examinar a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade das organizações, dos programas e das atividades governamentais, com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública.

III - A classificação das auditorias como de regularidade ou operacional dependerá do objetivo prevalente de cada trabalho de auditoria, já que elas constituem parte de um mesmo todo da auditoria governamental e às vezes integram o escopo de um mesmo trabalho de auditoria.

Estão CORRETAS:

- a) Apenas as assertivas I e II.
- b) Apenas as assertivas II e III.
- c) Apenas as assertivas I e III.
- d) as assertivas I, II e III.
- e) nenhuma assertiva está correta.

Questão 95 – NÃO é objetivo das Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NAT):

- a) a obtenção de qualidade e a garantia de atuação suficiente e tecnicamente consistente do auditor na condução dos trabalhos de auditoria.
- b) estabelecer padrões técnicos e de comportamento para o alcance e a manutenção de uma situação individual e coletivamente desejável ao bom exercício do controle externo da administração pública.
- c) manter consistência metodológica no exercício da atividade, incluindo o fornecimento de bases para o estabelecimento de padrões, procedimentos e práticas a serem seguidos na realização de auditorias.
- d) fornecer à sociedade e aos diferentes públicos com os quais o Tribunal interage uma visão clara dos princípios e das normas que formam a base para o desenvolvimento das atividades de auditoria do TCU.
- e) promover o aprimoramento profissional dos auditores, no que diz respeito à busca de suas prerrogativas e vantagens legais e remuneratórias do exercício do cargo.

Questão 96 – NÃO é princípio ético que orienta o trabalho das auditorias, de acordo com as Normas de Auditoria do TCU (NAT):

- a) interesse público, preservação e defesa do patrimônio público.
- b) integridade.
- c) independência, objetividade e imparcialidade.

- d) proteção e conservação de recursos e informações públicas.
- e) delegabilidade a terceiros da integralidade dos serviços de auditoria.

Questão 97 – “Os auditores devem ter bom conhecimento das técnicas e dos procedimentos de auditoria a fim de que possam obter evidências suficientes, adequadas, relevantes e em bases razoáveis para comprovar os achados e sustentar suas opiniões e conclusões” (NAT)

NÃO é atributo das evidências:

- a) validade.
- b) confiabilidade.
- c) exclusividade.
- d) relevância.
- e) suficiência.

Questão 98 – Em relação ao relatório de auditoria, nos termos das Normas de Auditoria do TCU (NAT), considere as seguintes assertivas.

I – O relatório de auditoria traz as impressões pessoais do auditor, dispensando formalidades.

II – Os relatórios devem ser minuciosamente revisados pelo coordenador da equipe de auditoria e pelo auditor responsável pela supervisão do trabalho, com vista a assegurar que sejam atendidos os requisitos para a sua elaboração e, ainda, que as conclusões e as propostas de encaminhamento sejam aderentes e decorram logicamente dos fatos apresentados.

III – Os auditores devem incluir no relatório o objetivo da auditoria, o escopo, a metodologia utilizada e as limitações, estas se tiverem ocorrido, ou uma declaração de que nenhuma restrição foi imposta aos exames.

Estão CORRETAS:

- a) Apenas as assertivas I e II.
- b) Apenas as assertivas II e III.

- c) Apenas as assertivas I e III.
- d) as assertivas I, II e III.
- e) nenhuma assertiva está correta.

Questão 99 – Em relação à comunicação com o auditado e requisições de documentos e informações, é INCORRETO afirmar que:

- a) a requisição de documentos e informações, durante a fiscalização, é feita diretamente pelo auditor, independentemente de ofício e estipulação de prazo, em função da autoexecutoriedade de sua atuação.
- b) os auditores devem comunicar a natureza e suas responsabilidades sobre o trabalho de auditoria aos dirigentes e responsáveis da entidade auditada.
- c) sempre que possível, os achados colhidos ao longo da execução deverão ser discutidos com o supervisor previamente à reunião de encerramento.
- d) na apresentação das constatações deve-se mencionar a situação encontrada, o critério de auditoria, e por decisão da equipe, as causas e os efeitos.
- e) a apresentação dos achados na reunião de encerramento somente pode ser dispensada nos casos em que represente risco à equipe ou à consecução dos objetivos da auditoria.

Questão 100 – NÃO é requisito de qualidade dos relatórios de auditoria:

- a) clareza.
- b) convicção.
- c) concisão.
- d) anonimato.
- e) tempestividade.